

BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
A T I V O			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	703.151	339.856
Contas vinculadas	5	13.282	11.860
Contas a receber	6	3.423	20.469
Títulos a receber	7	2.380	7.820
Devedores diversos	8	1.044	3.761
Tributos a recuperar	9	9.787	4.118
Total do circulante		733.067	387.884
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber	10.a	-	2.292
Cauções e depósitos vinculados	10.b	33.337	186.311
Tributos a recuperar de longo prazo	10.c	29.969	29.969
Outros créditos		9	9
		63.315	218.581
Investimentos	11	4.657	4.733
Imobilizado	12	5.632.471	5.570.504
Intangível	13	90.687	90.192
Total do não circulante		5.791.130	5.884.010
TOTAL DO ATIVO		6.524.197	6.271.894

BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	7.993	6.350
Cauções e retenções contratuais		4.180	4.087
Obrigações sociais e tributárias	15	12.970	12.517
Férias, 13º salário e encargos a pagar		5.900	5.679
Outras obrigações	16	6.753	7.080
Total do circulante		37.796	35.713
NÃO CIRCULANTE			
Recursos Petrobrás S.A. (Refinaria)	17	712.871	718.748
Tributos diferidos	18	183.616	694.159
Obrigações tributárias de longo prazo	19	705	186.980
Provisão para contingências	20	12.551	21.994
		909.743	1.621.881
Recursos da União	21	790.243	695.544
Total do não circulante		1.699.986	2.317.425
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	1.965.799	1.965.799
Reservas de capital		28.606	28.606
Ajuste de avaliação patrimonial		1.871.860	1.364.817
Reservas de lucros		920.150	559.534
Total do patrimônio líquido		4.786.415	3.918.756
TOTAL DO PASSIVO		6.524.197	6.271.894

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	23	398.921	396.624
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Pessoal		(71.656)	(64.482)
Depreciações e amortizações		(70.338)	(73.434)
Serviços de terceiros		(47.321)	(46.461)
Aluguéis		(7.312)	(5.621)
Gerais e outros		(1.203)	(1.289)
Créditos recuperáveis de Pis e Cofins		25.781	1.594
		<u>(172.049)</u>	<u>(189.693)</u>
LUCRO BRUTO		226.872	206.931
DESPESAS OPERACIONAIS			
Serviços de terceiros		(44.149)	(26.256)
Gerais e outras		(16.654)	(7.095)
Patrocínios		(6.991)	(3.908)
Indenizações		(2.805)	(83)
Tributárias		(2.451)	(3.016)
Material		(1.500)	(1.103)
Aluguéis		(1.393)	(1.160)
		<u>(75.943)</u>	<u>(42.621)</u>
(Provisão) Reversão Contingências		9.443	(9.255)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(395)	(993)
Ganhos por ajuste a valor justo		-	1.457
		<u>9.048</u>	<u>(8.791)</u>
		(66.895)	(51.412)
Receitas (despesas) de outras atividades		<u>(3.349)</u>	<u>(700)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		156.628	154.819
EBITDA		226.966	228.253
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras		66.468	23.719
Despesas financeiras		(32.962)	(33.539)
		<u>33.506</u>	<u>(9.820)</u>
RESULTADO ANTES DA REVERSÃO DO PASSIVO FISCAL DO IRPJ		190.134	144.999
Reversão passivo fiscal - Imunidade IRPJ	24	<u>180.182</u>	-
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		370.316	144.999
Provisão para Imposto de Renda	24	-	(38.397)
Provisão para Contribuição Social	24	<u>(19.036)</u>	<u>(13.831)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		351.280	92.771

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	351.280	92.771
Outros resultados abrangentes :		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial por depreciação	10.915	18.816
Tributos diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial	(1.579)	(6.398)
Resultado abrangente total	9.336	12.418
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	360.616	105.189

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.965.486	28.606	454.345	1.377.235	-	3.825.672
- Aumento de capital do Governo do Estado de Pernambuco:						
Decorrente de inversões financeiras	313					313
- Realização do ajuste de avaliação patrimonial:						
Pela depreciação de bens classificados no imobilizado				(18.816)		(18.816)
Atualização do passivo fiscal diferido				6.398		6.398
- Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					92.771	92.771
Outros resultados abrangentes					12.418	12.418
- Lucros destinados à reserva de lucros			105.189		(105.189)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.965.799	28.606	559.534	1.364.817	-	3.918.756
- Realização do ajuste de avaliação patrimonial:						
Pela depreciação/alienação de bens classificados no imobilizado				(10.915)		(10.915)
Atualização do passivo fiscal diferido				517.958		517.958
- Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					351.280	351.280
Outros resultados abrangentes					9.336	9.336
- Lucros destinados à reserva de lucros			360.616		(360.616)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.965.799	28.606	920.150	1.871.860	-	4.786.415

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	351.280	92.771
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com recursos provenientes das atividade operacionais:		
Depreciações e amortizações	70.338	73.434
Créditos de liquidação duvidosa	284	867
Reversão (Provisão) para contingências	(9.443)	9.255
(Ganho) Perda de capital na alienação de bens	89	(4.412)
Tributos diferidos	5.836	(9.412)
Ganho por ajuste a valor justo		(1.457)
	418.384	161.046
(Aumento) / Redução de Ativos		
Contas a receber	19.054	17.769
Títulos a receber	5.440	(7.769)
Devedores diversos	2.717	500
Tributos e contribuições a recuperar	(23.061)	(7.230)
Cauções e depósitos vinculados	152.974	(46.059)
	157.124	(42.789)
Aumento / (Redução) de Passivos		
Fornecedores	1.643	(1.277)
Cauções e retenções contratuais	93	146
Obrigações sociais e tributárias	(168.431)	43.946
Férias, 13º salário e encargos a pagar	221	660
Provisão para contingências	-	(390)
Outros passivos	(327)	(1.066)
	(166.801)	42.019
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	408.707	160.276
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos do Estado de Pernambuco	-	313
Recursos da União	94.699	51.191
Recursos da Petrobrás S.A. (Refinaria)	(5.877)	(6.341)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	88.822	45.163
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Receita da venda de bens	2.720	16.388
Conta vinculada - execução da obra do canal externo	(1.422)	83.312
Aquisições de investimentos	(21)	(18)
Aquisições de imobilizado	(134.586)	(109.696)
Aquisições de intangíveis	(925)	(4.322)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(134.234)	(14.336)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	363.295	191.103
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	339.856	148.753
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	703.151	339.856

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Tarifas portuárias, arrendamentos e aluguéis	447.943	445.744
Outras receitas	(3.348)	(700)
	<u>444.595</u>	<u>445.044</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(22.211)	(25.448)
Serviços de terceiros	(89.177)	(69.514)
	<u>(111.388)</u>	<u>(94.962)</u>
Valor adicionado bruto	333.207	350.082
Depreciações e amortizações	(70.338)	(73.434)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	262.869	276.648
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	66.468	23.719
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>329.337</u>	<u>300.367</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	43.701	38.184
Benefícios	14.337	13.814
FGTS	3.079	2.818
	<u>61.117</u>	<u>54.816</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	(132.397)	104.527
Municipais	7.620	7.919
	<u>(124.777)</u>	<u>112.446</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.235	174
Aluguéis	8.755	6.794
Outras	29.727	33.366
	<u>41.717</u>	<u>40.334</u>
Lucros retidos	351.280	92.771
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>329.337</u>	<u>300.367</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, cujo capital social pertence integralmente ao Estado de Pernambuco, é uma empresa pública estadual dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, criada pela Lei Estadual nº 7.763, de 07 de novembro de 1978, e regida pela Lei Estadual nº 16.441, de 30 de outubro de 2018, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, com sede e foro no Município de Ipojuca, situada na Rodovia Indonésia, s/n Distrito Industrial de Ipojuca. SUAPE tem por objeto realizar atividades relacionadas com a implantação e o desenvolvimento de um complexo industrial e portuário nas áreas delimitadas pelo Poder Público.

Dentre os dados operacionais e financeiros do exercício 2025 das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo, Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, inciso VI, SUAPE apresenta em suas Demonstrações Contábeis e notas explicativas, além de dados econômico-financeiros, seus propósitos enquanto empresa pública, e entre as ações destacamos:

Desenvolvimento de ações sociais, capazes de melhorar a qualidade de vida, para aproximadamente 6.800 famílias identificadas no Plano Diretor Suape 2030, como ocupantes de áreas incompatíveis com uso habitacional e outros residentes em condições precárias de habitabilidade. Neste intento, o Projeto Habitacional Suape atua em duas linhas de ação, uma é o reassentamento urbano de 1174 famílias que residiam em zonas industriais e de preservação ecológica da área de Suape e o outro trata de obras de melhoria de infraestrutura de oito comunidades do território.

Acompanhamento social dos dois assentamentos rurais, onde foram reassentadas famílias ex-posseiras de Suape. Dentre as ações, foram iniciadas as tratativas para habitação rural, projeto de apicultura, escoamento das produções, dentre outros.

Projetos estruturadores de fomento aos arranjos produtivos locais, na perspectiva de contribuir com o fortalecimento da sustentabilidade social e ambiental do território, trabalhando os negócios de impacto social, a saber: Projeto Tô na Feira, Projeto Comunidades Ecoprodutivas, Associação de Catadores e Artesãos de Materiais Recicláveis da Nova Vila Claudete - NOVACLAU RECICLA, implantação do Espaço Compartilhar - Unidade Massangana, o qual objetiva fornecer à comunidade um ambiente de propagação da informação, lazer e incentivo à leitura.

Em cumprimento à Ação Civil Pública nº 0005552-13.2011.4.058300, esta Empresa, através da DSF/CGF, realiza, mensalmente, a entrega de cestas básicas e o pagamento de auxílio defeso aos pescadores da Colônia Z-8 indicados na referida ação.

No exercício corrente, SUAPE logrou êxito no processo judicial nº 0801356-30.2012.4.05.8300, no qual discutia sua imunidade tributária em relação a tributos federais, inclusive o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). Em decorrência do desfecho favorável da demanda, foi reconhecida judicialmente a imunidade tributária da Empresa em relação ao referido tributo. Informações adicionais acerca dos efeitos desse reconhecimento e do tratamento contábil adotado encontram-se divulgadas na Nota 24 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

1.1 CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO PORTO DE SUAPE

Em 12 de setembro de 2022 foi celebrado o Convênio de Delegação de Competências para Exploração do Porto de SUAPE, firmado entre o Estado de Pernambuco e o Ministério de Infraestrutura. A partir desse convênio as licitações de novos arrendamentos passam a ser realizadas diretamente pelo porto. Dessa forma, os projetos portuários previstos para Suape não entrarão na fila de arrendamento do Governo Federal, reduzindo o prazo para finalização de todo o processo. Também será

absorvida pelo Porto a competência pela gestão dos contratos atualmente vigentes, inclusive os reequilíbrios, renovações e antecipações contratuais.

1.2 TERMO DE ADIANTAMENTO DE TARIFA E COMPENSAÇÃO FUTURA E CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS

Em 18 de agosto de 2008 foi firmado o Termos de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças entre a Petrobras, Governo do Estado de Pernambuco e SUAPE, com o objetivo de viabilizar o projeto da Refinaria em SUAPE, denominada Refinaria Abreu e Lima. Este termo de adiantamento tem por objetivo estabelecer as condições em que serão operacionalizados os investimentos no Porto de SUAPE, com os recursos do adiantamento de tarifa a ser promovido pela Petrobras em favor de SUAPE, definir a sistemática de compensação desse adiantamento, estabelecer responsabilidades de cada uma das partes no exercício das obrigações impostas por esse termo.

O valor total do investimento será de R\$ 475.710 mil, onde R\$ 310.268 mil serão adiantados pela Petrobras e compensados por SUAPE à Petrobras da seguinte forma: serão movimentados pelo Porto de SUAPE 422.147.180 de carga destinada ao uso da refinaria, preferencialmente pelo píer PGL-03, com pagamento de 50% do volume de toneladas pela tarifa portuária vigente à época de cada operação, pela Petrobras ou por empresa por ela indicada. Os 50% restantes do volume em toneladas serão contabilizados pelo valor da tarifa vigente na época da assinatura deste Termo (R\$ 3,98 – três reais e noventa e oito centavos/tonelada), caracterizando a compensação do adiantamento realizado pela Petrobras.

O prazo previsto para compensação das tarifas pagas em adiantamento será de 25 anos. A compensação será considerada integralmente realizadas quando o total de carga for atingido, independentemente da previsão de prazo. O valor de R\$ 165.443 mil serão utilizados para a construção das obras previstas desse termo necessárias às instalações futuras das tubulações e a título da exclusividade e da preferência constante deste termo, durante o seu prazo de vigência.

Em 27 de abril de 2009 foi firmado o Termo Aditivo nº 1, que tem por objeto a cessão total do termo nº 6000.00.45312.08-4 (de adiantamento de tarifa e compensação futura e critérios de investimento e outras avenças), pela Petrobras, em face da refinaria, para modificar o valor da tarifa que caracteriza a compensação do adiantamento realizado pela Petrobras. Por meio deste aditivo, a Petrobras cede para Refinaria Abreu e Lima S.A. o Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimentos e Outras Avenças nº 6000.00.453.08-4.

Em 1º de março de 2010 foi firmado Termo Aditivo nº 2, do Termo nº 8500.0000011.09.4, que considera que há necessidade de melhor definir as Etapas – Marcos de Medição, das Obras da Variante de Acesso a SUAPE – *Express Way* – com ressarcimento, que as etapas não apresentam-se subdivididas conforme as Etapas de Construção: 01- Duplicação do Tronco Distribuidor Rodoviário Norte (TDR-Norte) e 02 – Implantação do Contorno do Cabo de Santo Agostinho.

Em 1º de dezembro de 2010 for firmado o 3º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Obras e Outras Avenças. As obras passam a ter os seguintes prazos de conclusão: dragagem da bacia de evolução, até julho de 2010; construção do píer petroleiro (PGL-03), até dezembro de 2010; melhoramento da via de acesso ao píer petroleiro (PGL-03), até dezembro de 2010; sinalização náutica do canal de acesso e bacia de manobra, até dezembro de 2012; realização de serviços preliminares, realização de serviços diversos, variante de acesso a SUAPE (*Express Way*), até abril de 2012; duplicação da rodovia PE-60, no trecho entre o acesso principal de SUAPE e o entrocamento do novo acesso à zona industrial portuária, e da rodovia do novo acesso à zona industrial portuária, até maio de 2011; execução de obras de reforço aos cabelos do recifes no Porto de SUAPE, até junho de 2012; fiscalização/gerenciamento das obras.

Em função da inclusão de novas obras, foram alteradas as seguintes cláusulas: instituir hipoteca ou penhor sobre bens não afetados cujo valor de avaliação seja equivalente a 65%; que deverá ser avaliada por empresa privada, especializada no ramo imobiliário, previamente aprovada pela Petrobras; e agravantes instituídos por força deste item deverão ter duração idêntica à vigência deste termo; e emissão de notas promissórias e recibo por SUAPE, em benefício da Refinaria, no valor de cada reembolso efetivado, totalizando o montante do adiantamento que será objeto de compensação, R\$ 463.856 mil.

Em razão da necessidade de revisão, as obras passam a ter os seguintes prazos de conclusão: tubovia, engordamento interno do molhe para criação de faixa de servidão para tubulação, reforço para tubulações, reforço externo do molhe, até dezembro de 2012; e, prolongamento do molhe principal, até abril de 2010, no montante de R\$ 165.443 mil.

O Estado e SUAPE assumem a obrigação de executar a obra de Dragagem e derrocamento do canal marítimo de acesso ao Porto de SUAPE, até dezembro de 2012, no valor de R\$ 200.000 mil.

O Estado e SUAPE assumem, sem ônus para a Refinaria, a obrigação pela manutenção do canal marítimo de acesso ao Porto de SUAPE, da bacia de evolução, das estruturas civis dos piers e da faixa de servidão da tubovia no porto externo, e de outras instalações portuárias.

O valor total do investimento passa a ser de R\$ 829.298 mil, onde R\$ 463.856 serão adiantados pela Refinaria e compensados por SUAPE à Refinaria da seguinte forma: serão movimentadas pelo Porto de SUAPE 485.469.257 toneladas de carga destinada ao uso da Refinaria, preferencialmente pelo píer PGL-03, com pagamento de 169.921.499 toneladas pela tarifa portuária vigente na época de cada operação, pela Refinaria ou por empresa por ela indicada; a movimentação de 315.547.758 toneladas será faturada pelo valor da tarifa acordada neste Termo (R\$ 1,47 — um real e quarenta e sete centavos/tonelada), deferida nos termos da Portaria de SUAPE no 014/2009, caracterizando a compensação do adiantamento realizado pela Refinaria.

Se o valor de R\$ 829.298 for superior ao valor total dos contratos, ele deverá ser reduzido mediante um Termo Aditivo, se inferior, o Estado e SUAPE arcarão com os valores que excederem aos valores antecipados pela Refinaria.

O prazo previsto para compensação das tarifas pagas em adiantamento será de 25 anos e será considerada integralmente realizada quando o total de carga expresse for atingido, independentemente da previsão de prazo feita.

A operacionalização do faturamento, por período de medição, das cargas movimentadas, no Porto de SUAPE em tonelada, pela Refinaria ou por empresa por ela indicada, se dará da seguinte forma: 35% do faturamento se dará pela tarifa portuária vigente a época de cada operação; e, 65% do faturamento se dará pela tarifa de R\$ 1,47 (um real e quarenta e sete centavos/tonelada), deferida nos termos da Portaria de SUAPE no 014/2009, caracterizando a compensação do adiantamento realizado pela Refinaria.

Em 1º de julho de 2011 foi firmado o Termo Aditivo nº 4, tem por objeto o Estado e SUAPE assumirem as obrigações de: garantir o fornecimento de água para a refinaria, na vazão de 2.000m³/h, a partir de agosto de 2010; a Refinaria pagará a tarifa correspondente ao fornecimento de água previsto à concessionária local, solucionar as pendências existentes junto ao Registro de Imóveis de Ipojuca para possibilitar o registro dos 2 terrenos doados à Refinaria para construção da refinaria; acompanhar a execução das etapas das obras restantes; instituir hipoteca ou penhor sobre bens não afetados cujo valor de avaliação seja equivalente a 65% a avaliação deverá ser ratificada por empresa privada, especializada no ramo imobiliário, aprovado pela Refinaria; emitir notas promissórias e recibo por SUAPE, em benefício da Refinaria, no valor de cada desembolso efetivado, totalizando o montante do adiantamento que será objeto de compensação de R\$ 463.856 mil; viabilizar a utilização do píer petroleiro PGL-2 do Porto de SUAPE, no caso de obras de construção do píer petroleiro PGL-03 não ficarem prontas no prazo; fornecer ou manter acessível balanço anual de SUAPE devidamente auditado, assim como o balancete trimestral não auditado para Refinaria e conceder, pelo prazo de duração deste termo, exclusividade no acesso à tubovia que ligará a refinaria ao novo píer petroleiro PGL-03 o uso preferencial desse novo píer petroleiro PGL-03, e a prioridade na atracação à Refinaria ou à empresa por ela indicada, independentemente da programação antecipada, conforme estabelecido no artigo 58, 20 da Lei 9.478/1997.

Em 1º de dezembro de 2011, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças. O presente termo aditivo tem por objeto ratificar o disposto no item 6.1.5 da cláusula sexta, com a inclusão de um subitem informando que a previsão se aplica a todos os repasses efetuados no bojo do presente termo.

Em 2 de julho de 2011, foi firmado o 6º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças. O presente Termo Aditivo tem por objeto a adequação do anexo 2, relativo ao critério para

a medição e a adequação das datas previstas para conclusão das obras. As obras passam a ter os seguintes prazos de conclusão: Variante de acesso a SUAPE (*Expresso Way*) e, Duplicação da Rodovia PE-06, no trecho entre o Acesso Principal de SUAPE e o entroncamento do Novo Acesso à Zona Industrial Portuária e da Rodovia do Novo Acesso à Zona Industrial Portuária, até dezembro de 2012; Execução de obras de reforço aos cabeços dos arrecifes no Porto de SUAPE, até outubro de 2012; e Dragagem e derrocamento do canal marítimo de acesso ao porto de SUAPE, até agosto de 2013.

Em 2 de dezembro de 2013, foi firmado o 7º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças. O presente Termo Aditivo tem por objeto descrever a metodologia para a operacionalização da compensação dos créditos associados aos adiantamentos de tarifas portuárias, bem como a operacionalização dos pagamentos referentes às movimentações de cargas. As partes vem ratificar o seguinte: 35% das toneladas movimentadas serão pagas à tarifa vigente à época da movimentação das e 65% das toneladas movimentadas serão compensadas com os créditos que a Refinaria possui junto à SUAPE, considerado para tanto o valor da tarifa de RS 1,47 (um real e quarenta e sete centavos), por tonelada movimentada O valor de RS 1,47 (um real e quarenta e sete centavos) permanecerá constante até a completa realização dos créditos. Os créditos mencionados acima correspondem à quantidade de 315.547.758 toneladas, contabilizado ao valor de RS 463.856. O valor do desconto será deverá ser obtido multiplicando-se 65% das toneladas pelo resultado da diferença entre a tarifa vigente e a tarifa de RS real e quarenta e sete centavos). O valor da compensação deverá ser calculado multiplicando-se 65% das toneladas, movimentadas pela tarifa de RS 1,47 — um real e quarenta e sete centavos, que permanecerá constante até a completa realização dos créditos. SUAPE somente fará a cobrança financeira de 35% das toneladas movimentadas à tarifa vigente à época de cada movimentação de cargas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 26/02/2026.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

São os seguintes os principais princípios e práticas contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para redução ao valor recuperável e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Empresa são: contas a pagar e fornecedores.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

e) Contas a Receber

Registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração no mercado de atuação da Empresa, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em casa hipótese.

f) Tributos a compensar

Refere-se, principalmente, a créditos tributários sobre bases de cálculos negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda (IR) e ao pagamento antecipado de CSLL e IR, calculados e registrados conforme legislações vigentes.

g) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição deduzido das provisões para desvalorizações, quando aplicável;

h) Imobilizado

Os grupos de: terrenos, edificações e terminais portuários, são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação, exceto para terrenos.

Demais itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, menos a correspondente depreciação acumulada. Os encargos de depreciação, amortização e exaustão foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para SUAPE. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

i) Intangíveis

Representado por aquisição de licenças de uso de softwares, estudos e projetos, registrado pelo custo de aquisição.

j) Demais Ativos Circulantes e Não-Circulantes

Representados principalmente por: créditos de alienações de terrenos, depósitos e cauções judiciais, estão registrados de acordo com as condições contratadas, sendo que os referentes a tributos a recuperar segue a legislação vigente, sendo classificados como Não Circulante (RLP) os com vencimento após o encerramento do exercício subsequente, ou sem previsão definida de realização.

k) Obrigações com fornecedores, sociais e tributárias, e as demais obrigações

Estão registrados tendo por base a legislação vigente, sendo que os classificados como Não Circulantes terão vencimento após o exercício subsequente;

l) Provisão para contingência

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados

quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

m) Recursos da União (subvenções)

Recursos decorrentes do Convênio 08/1995. De acordo com a Cláusula Oitava – Disposições Finais – todos os bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos previstos nesse convênio ficarão sob gestão e guarda de SUAPE, cabendo ao Ministério dos Transportes definir a destinação dos mesmos, após a extinção do Convênio.

Estão classificados no passivo não circulante, consoante entendimento emanado da Resolução CFC nº 1.143, de 21.11.2008, que aprovou a NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais. Referida Resolução, em item 14, destaca que, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

n) Reconhecimento da receita

A Empresa reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

i. Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa.

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

o) Contribuição Social e Imposto de Renda

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, quando aplicáveis, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil, e 9% sobre o lucro tributável, respectivamente, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, quando aplicável, compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O tributo diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Em 2025, conforme descrito na Nota 24 – Imposto de Renda e Contribuição Social, SUAPE obteve decisão judicial favorável no processo nº 0801356-30.2012.4.05.8300, no qual foi reconhecida sua imunidade tributária em relação ao Imposto de Renda. Dessa forma, não há reconhecimento de despesa corrente de IRPJ sobre os resultados auferidos pela Empresa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Fundo fixo	-	-
Contas bancárias à vista	1.261	1.136
Aplicações financeiras	701.890	338.720
	703.151	339.856

As aplicações financeiras registradas como equivalentes de caixa, estão representadas por recursos aplicados substancialmente em fundos de investimento de renda fixa, administrados pelo Banco Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Empresa.

5. CONTAS VINCULADAS

Refere-se a conta vinculada e destacada no Banco do Brasil, no montante de R\$ 13.282 (2024 – R\$ 11.860), correspondente ao valor integral necessário para o pagamento da execução do remanescente das obras e serviços de dragagem do canal de acesso ao Porto, conforme Termo de Transação celebrado entre SUAPE e a VAN OORD.

6. CONTAS A RECEBER

Créditos decorrentes da prestação de serviços portuários e arrendamentos de áreas.

	31.12.2025	31.12.2024
Valores a receber	21.239	37.890
Perdas estimadas	(17.816)	(17.421)
	3.423	20.469

7. TÍTULOS A RECEBER

Créditos decorrentes de alienações de terrenos, destinados à implantação de unidades industriais, mediante contratos de compra e venda oriundos de concorrências públicas de acordo com a Lei nº 8.666/93 e subsequentes, atualizados monetariamente de acordo com a variação do IGP-M.

	31.12.2025	31.12.2024
Títulos a receber	8.244	13.721
Perdas estimadas	(5.864)	(5.901)
	2.380	7.820

8. DEVEDORES DIVERSOS

	31.12.2025	31.12.2024
Adiantamentos a empregados	572	517
Créditos de pessoal cedidos a outros órgãos	327	327
Convênio Rota do Atlântico	417	3.155
Outros devedores	217	214
	1.533	4.213
Perdas estimadas	(489)	(452)
	1.044	3.761

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.2025	31.12.2024
IRRF sobre aplicações financeiras	4.263	2.189
IRPJ – Saldo negativo	4.173	759
CSLL – Saldo negativo	260	280
ISS	240	240
PIS/PASEP	123	81
COFINS	578	371
Outros	150	198
	9.787	4.118

10. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber	(a) -	2.292
Cauções e depósitos vinculados	(b) 33.337	186.311
Tributos a recuperar a longo prazo	(c) 29.969	29.969
Outros	9	9
	63.315	218.581

a. CONTAS A RECEBER

	31.12.2025	31.12.2024
Títulos a receber	-	2.292
Demais contas a receber	179	179
	179	2.471
Perdas estimadas	(179)	(179)
	-	2.292

b. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos em contas de poupança de cauções de fornecedores	3.089	2.894
Depósitos judiciais – trabalhistas, indenizações de posse, taxa de ocupação e outros	30.248	27.466
Depósito judicial – Processo de Imunidade do IRPJ	(i) -	155.951
	33.337	186.311

- (i) SUAPE discutia, nos termos do Processo nº 0801356-30.2012.4.05.8300, sua imunidade tributária em relação a tributos federais, inclusive o Imposto de Renda e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), à luz do Tema 1.140 do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2025, a Empresa logrou êxito no referido processo, tendo sido reconhecida judicialmente sua imunidade tributária em relação aos dois tributos. Em razão desse desfecho favorável, a Empresa deixou de reconhecer a obrigação relativa ao referido tributo, observadas as disposições legais e os efeitos da decisão judicial.

c. TRIBUTOS A RECUPERAR A LONGO PRAZO

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo Negativo de IRPJ vinculado ao Processo Judicial de Imunidade Tributária	29.969	23.471

11. INVESTIMENTOS

	31.12.2025	31.12.2024
Propriedades para investimentos	4.506	4.603
Outros investimentos	151	130
	4.657	4.733

12. IMOBILIZADO

	31.12.2025			31.12.2024
	Custo	Avaliação a Valor Justo	Depreciação Acumulada	Líquido
Bens em uso:				
• Terrenos	174.021	1.610.446	-	1.784.467
• Terminais portuários	1.786.531	523.703	(96.204)	2.214.030
• Edificações	927.649	28.037	(435.825)	519.861
• Máquinas e equipamentos	7.183	-	(2.906)	4.277
• Veículos	743	-	(743)	-
• Móveis e utensílios	4.679	-	(4.433)	246
• Computadores e periféricos	2.681	-	(2.264)	417
• Instalações	14.813	-	(6.088)	8.725
	2.918.300	2.162.186	(548.464)	4.532.023
• Obras em andamento	1.100.448	-	0	1.100.448
	4.018.748	2.162.186	(548.464)	5.632.471
				5.570.504

13. INTANGÍVEL

	31.12.2025		31.12.2024
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
• Licença de uso de software	2.540	(1.346)	1.194
• Estudos e projetos	47.512	(14.502)	33.010
• Banco de dados	700	(618)	82
• Pesquisas	1.244	(1.244)	0
• Aforamento de áreas – honorários	14.188	(14.188)	0
• Reflorestamento	56.401	-	56.401
	122.585	(31.898)	90.687
			90.192

14. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Materiais	528	302
Serviços	7.465	6.048
	7.993	6.350

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	31.12.2025	31.12.2024
Salários e remunerações	71	1.905
INSS	2.635	1.390
FGTS	372	223
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.265	1.508
PIS Faturamento	443	495
COFINS	2.103	2.301
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	549	366
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	1.848	2.701
ISS Próprio	98	1.185
ISS Retido na Fonte	3.413	201
Outros	173	242
	12.970	12.517

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2025	31.12.2024
Adiantamento de clientes	6.753	6.746
Convênio SENAI	912	912
Outras	545	524
	8.210	8.182
Ajuste a valor justo	(1.457)	(1.102)
	6.753	7.080

17. RECURSOS PETROBRAS S.A. – REFINARIA ABREU E LIMA

Em 28.02.2007 a PETROBRAS, o ESTADO e SUAPE assinaram Termo de Compromisso com o objetivo de viabilizar o projeto da Refinaria Abreu e Lima em SUAPE.

Em 18.08.2008 foi formalizado o Termo de Adiantamento de Tarifa Portuária e Compensação Futura, que tem por objeto (i) estabelecer condições em que serão operacionalizados os investimentos por SUAPE com os recursos do adiantamento de tarifa a ser promovido pela PETROBRAS; (ii) definir a sistemática de compensação desse adiantamento e (iii) estabelecer as responsabilidades.

O referido Termo foi, em 01.12.2010, aditado pela terceira vez, passando a ter o valor global - conforme cláusula quinta - de R\$ 829.297 mil, sendo R\$ 463.855 mil adiantados pela Refinaria e compensados por SUAPE; R\$ 165.442 mil para construção das obras previstas no item 2.3 do Termo e, R\$ 200.000 mil para construção de novas obras previstas no item 2.4 do Termo. Em 11.07.2011, foi firmado o quarto aditivo que objetivou ratificar a intenção das partes e realizar a adequação dos termos e cláusulas.

O adiantamento de valores pela PETROBRAS tem o intuito de possibilitar a partida da Refinaria, cujo investimento terá o seguinte tratamento:

- a) compensação por SUAPE à PETROBRAS, mediante a movimentação de carga destinada ao uso da refinaria;
- b) utilização para a construção das obras necessárias às instalações futuras das tubulações, sem ressarcimento.

Liberações:	31.12.2025	31.12.2024
Vinculadas ao orçamento de adiantamento de tarifa portuária (item a)	389.429	395.306
Vinculadas ao orçamento de obras de exclusividade e preferência (item b)	323.442	323.442
	712.871	718.748

Os recursos recebidos sem previsão de ressarcimento, vinculados ao orçamento de obras de exclusividade e preferência (item b), aguardam avaliação sobre sua natureza, a fim de que lhes sejam atribuídas a classificação contábil adequada.

18. TRIBUTOS DIFERIDOS

Os Tributos Diferidos correspondem ao Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo dos Tributos Diferidos		
Ajuste de avaliação patrimonial	2.056.989	2.067.904
Provisão para contingências	(12.551)	(21.994)
Notas fiscais a cancelar	(3.531)	(3.531)
Outras	(729)	
	2.040.178	2.042.379
Tributos Diferidos		
IRPJ - 25% (i)	-	510.411
CSLL - 9%	183.616	183.748
	183.616	694.159

- (i) Em 2025, SUAPE teve reconhecida judicialmente sua imunidade tributária em relação ao Imposto de Renda. Em razão desse desfecho favorável, a Empresa deixou de reconhecer a obrigação relativa ao referido tributo, observadas as disposições legais e os efeitos da decisão judicial.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS DE LONGO PRAZO

	31.12.2025	31.12.2024
Processo Judicial de Imunidade Tributária do IRPJ	-	186.150
Parcelamento débitos – Taxa de Ocupação (SPU)	705	830
	705	186.980

20. CONTINGÊNCIAS

a. PERDAS PROVÁVEIS – PROVISÕES CONSTITUÍDAS

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa mantém registrada provisão para perdas em processos de natureza cível, trabalhista, tributária, administrativo-econômico e ambiental. Baseada na opinião dos consultores jurídicos, as ações cujas probabilidades de perda foram consideradas como "prováveis", montam a R\$ 12.551 (2024 – R\$ 21.994). A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está assim demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhista	4.124	9.890
Cível / Tributária / Ambiental	8.427	12.104
	12.551	21.994

b. PERDAS POSSÍVEIS – PROVISÕES NÃO CONSTITUÍDAS

Em 31 de dezembro de 2025, os valores dos processos judiciais avaliados com o grau de risco de perda possível e não provisionados estão estimados em R\$ 5.452.

21. RECURSOS DA UNIÃO

Recursos provenientes de convênios celebrados com o Governo Federal para realização de obras de infraestrutura no Porto de SUAPE, compostos da seguinte forma:

Termo de Compromisso / Convênio	Objeto	Vigência	Liberações (líquidas das devoluções)
Convênio 021/91 (DNIT)	Recuperação e ampliação de linha férrea	Dez/91 a jan/93	772
Convênio 013/92 (DNIT)	Melhoramentos do Porto de SUAPE	Dez/92 a dez/93	1.075
Convênio 004/94 (DNIT)	Dragagem no Porto de SUAPE	Nov/94 a dez/95	1.214
Convênio 007/95 (DNIT)	Complementação e melhoramento do Porto de SUAPE	Out/95 a dez/95	1.069
Convênio 008/95 (DNIT)	Complementação e melhoramento do Porto de SUAPE	Nov/95 a dez/08	387.105
Convênio 279/06	Execução das obras e serviços de dragagem do canal de aproximação e construção civil do sistema rodoferroviário de acesso à Ilha de Tatuoca	Dez/06 a dez/14	71.844
TC 002/2009	Dragagem do canal de acesso e canais de aproximação ao estaleiro atlântico sul no porto interno de SUAPE	Dez/09 a dez/14	71.512
TC 004/2009	Execução das obras e serviços de construção do acesso rodoferroviário às Ilhas de Tatuoca e Cocaia	Dez/09 a mai/11	65.849
TC 002/2010	Execução da dragagem de aprofundamento do canal de acesso para compatibilizar o traçado geométrico e as profundidades com porte dos navios petroleiros que demandarão ao píer petroleiro no Porto de SUAPE.	Dez/10 a mai/13	39.000
TC 023180/2024	Execução da Dragagem do Canal de Acesso e Bacia de Evolução Internos do Porto de Suape	Dez/24 a nov/25	37.007
TC 023008/2024	Recuperação do molhe 4 do Porto de Suape/PE	Dez/24 a nov/25	109.194
Valor original dos repasses			785.641
Correção monetária			4.602
Total dos repasses corrigidos			790.243

Os bens adquiridos ou construídos com os recursos provenientes dos convênios celebrados com a **UNIÃO**, por intermédios da Secretaria de Portos e Ministério dos Transportes, terão suas destinações definidas, posteriormente, pela concedente (**UNIÃO**).

22. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Capital Social é de R\$ 1.965.799 e pertence integralmente ao Governo do Estado de Pernambuco.

23. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Tarifas portuárias	154.479	156.978
Contratos de arrendamento e aluguéis – dentro da área do porto	290.436	281.180
Contratos de arrendamento e aluguéis – fora da área do porto	435	315
Outras receitas	7.206	8.061
	452.556	446.534
Impostos incidentes	(53.635)	(49.910)
	398.921	396.624

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	190.134	144.999
Adições	32.287	38.211
Exclusões	(9.443)	(1.846)
Lucro Real antes da compensação dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL	212.978	181.364
Lucro Real	212.978	181.364
IRPJ – 15% e adicional de 10%		(45.317)
Reversão (Provisão) de crédito fiscal		6.920
Reversão passivo fiscal (i)	180.182	
Despesa com IRPJ	180.182	(38.397)
CSLL – 9%	(19.168)	(16.323)
Reversão (Provisão) de crédito fiscal	132	2.492
Despesa com CSLL	(19.036)	(13.831)

- (i) SUAPE discutia judicialmente, no âmbito do Processo nº 0801356-30.2012.4.05.8300, sua imunidade tributária em relação a tributos federais, inclusive ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), à luz do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1.140.

Em 2025, a Empresa obteve decisão judicial favorável reconhecendo sua imunidade tributária em relação ao IRPJ. Em decorrência desse desfecho, a Administração procedeu à revisão do tratamento contábil anteriormente adotado para o referido tributo.

Em exercícios anteriores, a Companhia havia constituído passivo fiscal relacionado ao IRPJ, considerando a incerteza quanto ao desfecho da demanda judicial. Com o reconhecimento definitivo da imunidade tributária, referido passivo deixou de representar uma obrigação presente, motivo pelo qual foi integralmente revertido no exercício de 2025.

A reversão do passivo fiscal anteriormente constituído resultou no reconhecimento de ganho no resultado do exercício, registrado na rubrica de tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 180.182.

A partir do reconhecimento judicial da imunidade tributária, a Companhia deixou de reconhecer despesa corrente de IRPJ sobre os resultados de suas operações.

25. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa estava em processo de contratação de seguros de responsabilidade civil e predial.

Marcos Gesteira Costa
CPF nº 020.828.834-18
Diretor Administrativo-Financeiro

* * *

Glauber Ramos Oliveira de Assis
CPF nº 027.784.974-80
Contador CRC-PE 017099/O-9